

# **Planejamento Estratégico do CNJ – 2021 / 2026**

## **Relatório de Acompanhamento da Estratégia**

**Secretaria de Estratégia e Projetos**  
**Departamento de Gestão Estratégica**



**Presidente:** Ministro Luís Roberto Barroso

**Coorregedor Nacional de Justiça:** Ministro Luis Felipe Salomão

**Conselheiros:** Ministro Guilherme Caputo Bastos

José Rotondano

Mônica Nobre

Alexandre Teixeira

Renata Gil

Daniela Madeira

Giovanni Olsson

Pablo Coutinho Barreto

João Paulo Santos Schoucair

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

Marcelo Terto e Silva

Daiane Nogueira de Lira

Luiz Fernando Bandeira

**Secretária-Geral:** Adriana Alves dos Santos Cruz

**Secretário de Estratégica e Projetos:** Gabriel da Silveira Matos

**Diretor-Geral:** Johaness Eck



**Secretaria de Estratégia e Projetos**

**Secretário:** Gabriel da Silveira Matos

**Departamento de Gestão Estratégica**

**Diretora:** Fabiana Andrade Gomes e Silva

**Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ:** Adilson Medeiros da Silva

**Chefe da Seção de Planejamento Institucional:** Neuma Christina Lopes Nunes

Março 2024

Endereço eletrônico: [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)

### Relatório de Acompanhamento da Estratégia

Este relatório tem por finalidade apresentar análise dos resultados dos indicadores de desempenho, metas e projetos institucionais das unidades do CNJ **atualizados até 29 de fevereiro de 2024**.

Os resultados individualizados e detalhados dos indicadores, projetos e objetivos estratégicos estão disponíveis no painel de acompanhamento da estratégia, acessíveis pelos links:

- 1) Intranet: [https://www.cnj.jus.br/intranet/areas\\_institucionais/areas-institucionais/planejamento-gestao-estrategica/planejamento-estrategico-2021-2026/](https://www.cnj.jus.br/intranet/areas_institucionais/areas-institucionais/planejamento-gestao-estrategica/planejamento-estrategico-2021-2026/)
- 2) Portal: <https://www.cnj.jus.br/gestao-estrategica-e-planejamento/planejamento-estrategico-do-cnj-2021-2026/>

Neste documento, além da análise dos resultados, somente serão apresentadas as notas relevantes para possibilitar melhor entendimento acerca dos indicadores e dos projetos institucionais.

Assim, espera-se possibilitar acompanhamento sistemático da estratégia do CNJ.

## Sumário












Análise do desempenho da estratégia do CNJ .....	5
1. Método de apuração dos resultados .....	5
2. Resultados dos Objetivos Estratégicos .....	7
3. Resultado consolidado dos Indicadores de Desempenho .....	8
4. Resultado consolidado dos Projetos Institucionais .....	9
5. Considerações sobre os resultados .....	10
ANEXO I .....	12
Informações adicionais sobre os indicadores .....	12
ANEXO II .....	17
Relação entre Objetivos Estratégicos e Projetos Institucionais .....	17

## Análise do desempenho da estratégia do CNJ






A sistemática de acompanhamento da Estratégia prevê que, além das RAEs (Reuniões de Análise da Estratégia), realizadas a cada quadrimestre, serão realizadas medições bimestralmente para fins de acompanhamento dos resultados e verificação de necessidade de correção das ações adotadas.

### 1. Método de apuração dos resultados

#### a. Faróis dos objetivos (método de apuração)

Critérios de desempenho dos objetivos		
Pontuação de indicadores e projetos	Média dos pontos	
	Resultado	Cor
 3 pontos	2,51 a 3,00	
 3 pontos (só para projetos)		
 2 pontos	1,51 a 2,50	
 1 ponto	0 a 1,50	
 0 ponto	Não mensurado	
 Não contabiliza (só para indicadores)	Fora de medição	

#### b. Faróis dos indicadores (método de apuração)

Critérios de desempenho dos indicadores	
	Maior ou igual a 90% de alcance da meta
	Entre 60% e 89% de alcance da meta
	Menor que 60% de alcance da meta
	Fora do período de mensuração
	Não mensurado

### c. Faróis dos projetos institucionais (método de apuração)

Esse método foi alterado em 2024 pelo Escritório Corporativo de Projetos Institucionais-ECP e adotado no Planejamento Estratégico Institucional para manter a compatibilidade entre as duas áreas.

Critérios de desempenho dos projetos institucionais	
Concluído	
Desempenho (realizado/expectativa) maior ou igual a 95%	
Desempenho (realizado/expectativa) maior ou igual a 85% e menor que 95%	
Desempenho (realizado/expectativa) menor que 85% ou data de término anterior à data de avaliação	

## 2. Resultados dos Objetivos Estratégicos

### MAPA ESTRATÉGICO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

2021 —  
— 2026



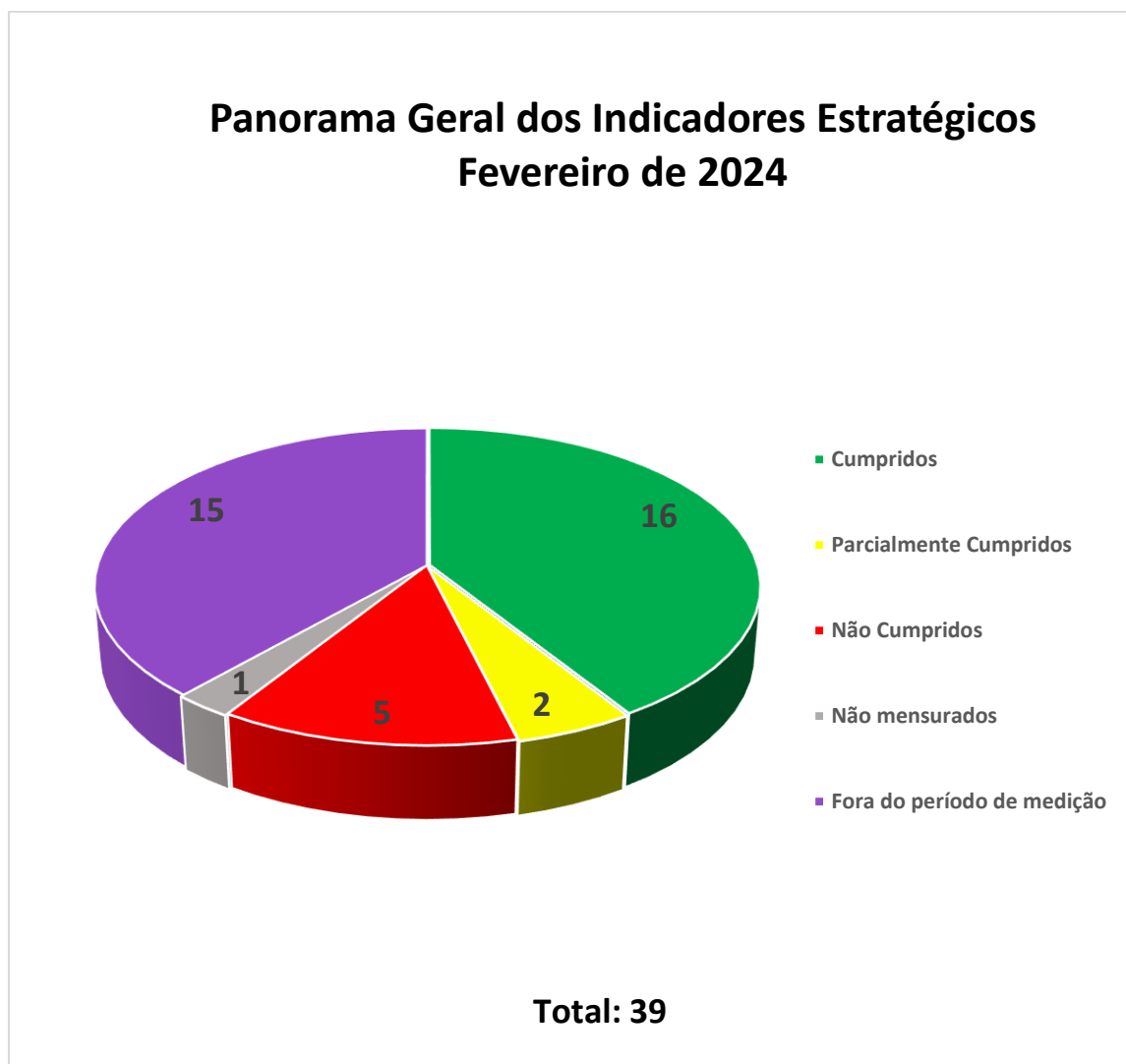
**CNJ** CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

#### Legenda:

<span style="color: green;">●</span>	Atingido
<span style="color: yellow;">●</span>	Parcialmente Atingido
<span style="color: purple;">●</span>	Fora do período de mensuração



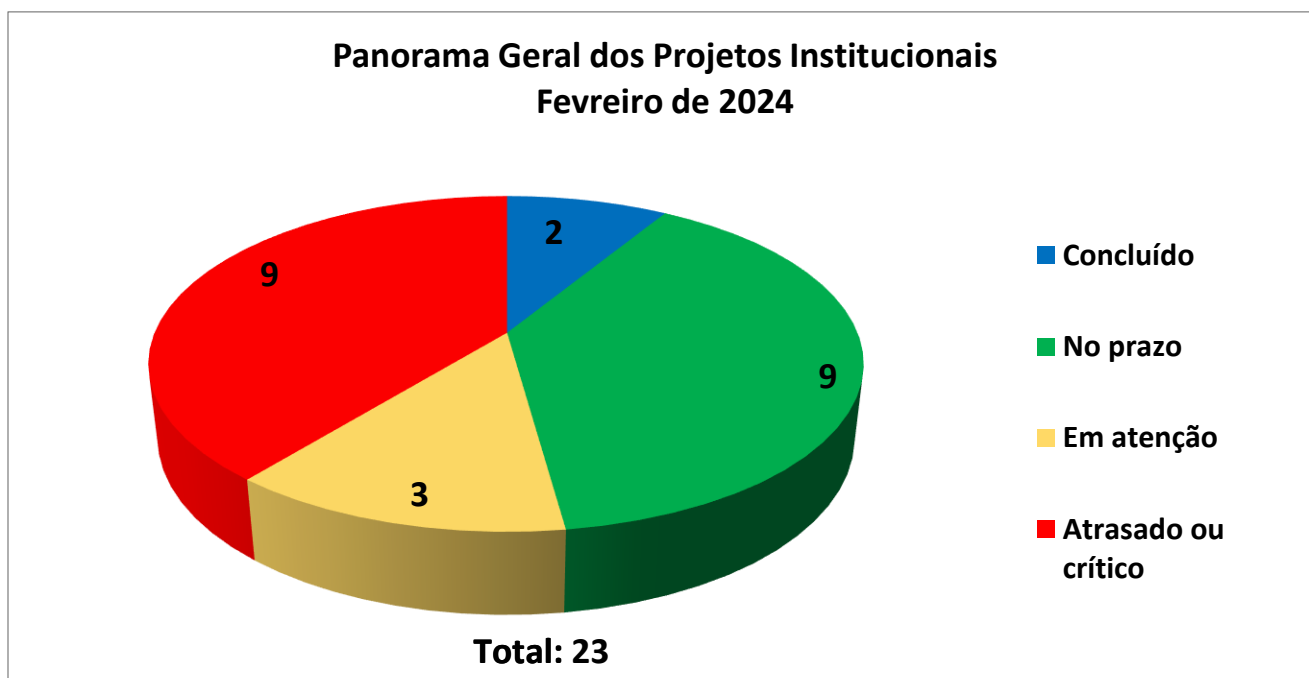
### 3. Resultado consolidado dos Indicadores de Desempenho



Conforme se observa no gráfico acima, dos 39 indicadores constantes do Plano Estratégico do Conselho Nacional 2021-2026, 16 foram cumpridos (41%), 2 parcialmente cumpridos (5,1%), 5 não cumpridos (12,8%), 1 não mensurado (2,6%) e 15 fora do período de medição (38,5%).

A quantidade de indicadores está menor do que nos anos anteriores porque a Secretaria de Comunicação Social apresentou uma proposta de aprimoramento de seus indicadores que aglutina os indicadores 28 (Alcance nas Redes Sociais) e 29 (Alcance e Engajamento no Portal do CNJ) em um único indicador mais abrangente, que ainda não foi medido em fevereiro porque está em fase final de levantamento de dados para a composição da linha de base e, por isso, foi considerado fora do período de medição.

#### 4. Resultado consolidado dos Projetos Institucionais



O gráfico acima apresenta o resultado dos projetos até o mês de fevereiro, e, conforme se observa, dos 23, 2 foram concluídos (8,7%), 9 estão no prazo (39,13%), 3 em atenção (13,04%) e 9 atrasados ou críticos (39,13%).

## 5. Considerações sobre os resultados

### 5.1 Dos objetivos Estratégicos e indicadores

Observa-se que dos 18 objetivos estratégicos constantes no plano, 5 estão com indicativo de desempenho atingido, 10 parcialmente atingidos e 3 fora do período de medição.

Os objetivos estratégicos são desdobrados em indicadores de desempenho e em projetos institucionais e essa relação é apresentada no painel da estratégia constante no link: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=e1fe48d9-702b-4214-ae1c-a87529c8effc&sheet=f8ff5792-99ee-4608-9eb9-cc3e3e409d9e&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel>

Registra-se que alguns indicadores ainda não foram mensurados por estarem fora do período de medição. São eles:

1. Indicador 3: Quantidade de processos e projetos aprimorados ou implantados pela DAGI;
2. Indicador 5: Índice de monitoramento de indicadores de políticas judiciárias nacionais;
3. Indicador 6: Índice de planejamento de políticas judiciárias nacionais;
4. Indicador 16: Índice de satisfação dos usuários de TIC;
5. Indicador 17: Evolução do Perfil de Governança de TI – iGovTIC-JUD;
6. Indicador 19: Satisfação dos usuários com a estrutura física do CNJ;
7. Indicador 20: Satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração;
8. Indicador 22: Índice de evolução da maturidade dos processos de auditoria;
9. Indicador 23: Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria e consultoria;
10. Indicador 24: Índice de adesão às ações coordenadas de Auditoria;
11. Indicador 25: Índice de qualidade dos resultados das ações coordenadas de auditoria;
12. Indicador 28: Índice de promoção e repercussão das ações de comunicação social com a sociedade;
13. Indicador 27: Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável;
14. Indicador 30: Índice de Satisfação com a Comunicação Interna;
15. Indicador 38: Captação de recursos adicionais ao orçamento do CNJ.

Foi solicitada alteração do indicador 15 (Total de iniciativas compartilhadas), entretanto, como a unidade não enviou os dados para se fazer a medição nos termos da nova proposta, o resultado contempla a composição antiga do indicador.

O indicador 1 (Índice de Cumprimento das Metas Nacionais) não foi mensurado.

## **5.2. Dos projetos institucionais**

Os projetos institucionais são monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos Institucionais-ECP que fornece as informações de evolução para o monitoramento da estratégia. É importante ressaltar que o quantitativo de projetos registrados pelo ECP não será necessariamente o mesmo apresentado nesta apuração pelas razões: i. para efeito de medição dos resultados da estratégia só são considerados os projetos que efetivamente tenham resultados apurados; ii. Há projetos que compõem indicadores e, nesse caso, eles são apurados dentro do indicador para evitar dupla contagem; iii. O ECP atualiza seus números sempre que um novo projeto é cadastrado e o planejamento faz leituras bimestrais.

Os projetos que compõem indicadores do planejamento estratégico são:

- Conciliação e Mediação na prática
- Implantação do SERP

Esses projetos são de responsabilidade da Corregedoria Nacional de Justiça e compõem o *indicador 13 - Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais*.

O projeto *Serviços estruturantes da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br)* consta no planejamento como concluído neste período. Entretanto, segundo informações do ECP, foi finalizado em 2023, mas a informação foi repassada ao planejamento somente durante o levantamento das informações de fevereiro/2024.

## ANEXO I

### Informações adicionais sobre os indicadores

Neste item, são apresentadas informações relevantes para acompanhamento e entendimento de alguns indicadores que não são disponibilizadas no painel da estratégia.

- a) **Indicador 4:** Índice de realização de pesquisas

**Unidade responsável:** Departamento de Pesquisas Judiciárias

Planejamento de relatórios de pesquisas e painéis para 2024
Relatório “A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS QUE ENVOLVEM A PESSOA IDOSA NO BRASIL”
Relatório “ATUAÇÃO JURISDICIONAL NOS CRIMES RELACIONADOS AO MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA LEGAL”
Relatório “Anuário Ambiental”
Relatório “Escuta Especializada e Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes”
Relatório “Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência no Poder Judiciário”
Relatório “Pessoas com transtorno mental em conflito com a lei no Brasil: itinerários jurídicos e portas de saída”
Relatório “Diagnóstico sobre a devolução de crianças e adolescentes em estágio de convivência e adotadas”
Relatório “Características do racismo estrutural reproduzido no sistema de justiça”
Relatório “Estudo sobre a redução do número de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio fechado no Brasil”
Relatório “Trajetórias no mundo do trabalho de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional: desafios e boas práticas na interface entre a garantia de Direitos Fundamentais e Justiça Criminal”
Relatório “Caminhos da tortura na justiça juvenil brasileira: o papel do poder judiciário”
Pesquisa "Uso de Inteligência Artificial Generativa" - Conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Relatório Mês Nacional do Juri 2023
Relatório sobre Inovação no Poder Judiciário

- b) **Indicador 10:** Índice de divulgação das informações primárias de pesquisa em formato aberto e não proprietário

**Unidade responsável:** Departamento de Pesquisas Judiciárias

Planejamento de relatórios de pesquisas e painéis para 2024
Relatório “A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS QUE ENVOLVEM A PESSOA IDOSA NO BRASIL”
Relatório “ATUAÇÃO JURISDICIONAL NOS CRIMES RELACIONADOS AO MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA LEGAL”
Relatório “Anuário Ambiental”
Relatório “Escuta Especializada e Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes”
Relatório “Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência no Poder Judiciário”
Relatório “Pessoas com transtorno mental em conflito com a lei no Brasil: itinerários jurídicos e portas de saída”
Relatório “Diagnóstico sobre a devolução de crianças e adolescentes em estágio de convivência e adotadas”
Relatório “Características do racismo estrutural reproduzido no sistema de justiça”
Relatório “Estudo sobre a redução do número de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio fechado no Brasil”
Relatório “Trajetórias no mundo do trabalho de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional: desafios e boas práticas na interface entre a garantia de Direitos Fundamentais e Justiça Criminal”
Relatório “Caminhos da tortura na justiça juvenil brasileira: o papel do poder judiciário”
Pesquisa "Uso de Inteligência Artificial Generativa" - Conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Relatório Mês Nacional do Juri 2023
Relatório sobre Inovação no Poder Judiciário

- c) **Indicador 11:** Índice de implantação das iniciativas que aprimorem as inspeções e correições

**Unidade responsável:** Corregedoria Nacional de Justiça

**Ações/projetos que compõem o indicador**

- Inspeção Anual do funcionamento do Sistema SNA;
- Realizar inspeção na Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) de ao menos 20% dos tribunais de justiça programados para serem inspecionados em 2023;

- d) **Indicador 13:** Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais

**Unidade responsável:** Corregedoria Nacional de Justiça

**Ações/projetos que compõem o indicador**

- Implantação do Sistema Eletrônico de Registros Públicos;
- Conciliação e Mediação na Prática;
- Banco de Precedentes da CONR.

- e) **Indicador 14:** Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam os Direitos de Cidadania.

**Unidade responsável:** Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativa

**Ações/projetos que compõem o indicador**

- SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado;
- Controle da porta de entrada do sistema penal;
- Fomento a trabalho e renda no sistema prisional e atenção às pessoas privadas de liberdade e egressas;
- Qualificação do Sistema Socioeducativo;
- Comitês de Políticas Penais.

- f) **Indicador 26:** Índice de melhorias implementadas em processos prioritários.

**Unidade Responsável:** Departamento de Gestão Estratégica

**Ações previstas para 2024**

Nº	Ações/Etapas	Status
<b>1</b>	<b>Macroprocesso: Realizar o controle orçamentário, financeiro e de pessoal do PJ</b>	
1.1	Elaboração de projeto e apresentação de proposta de tratamento dos dados no SIAFI-JUD	
<b>2</b>	<b>Macroprocesso: Acompanhar e fiscalizar o Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas</b>	
2.1	Revisar Diagrama de Escopo e o fluxograma do macroprocesso Acompanhar e fiscalizar Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas	Em andamento
2.2	Identificar nos processos já mapeados que atividades críticas para o cumprimento das responsabilidades indicadas para o DMF na ADPF 347 do STF e mapear o novo processo de trabalho	
2.3	Analisar, melhorar e redesenhar os processos prioritários de fiscalização e governança do DMF	
2.4	Mapear novos processos em razão na nova estrutura orgânica	
<b>3</b>	<b>Macroprocesso: Gerir Políticas Judiciárias</b>	
3.1	Criar e-mail institucional	Concluída
3.2	Criar carta de serviços COPJ com os produtos disponibilizados ao CNJ	Concluída
3.3	Criar espaço com informações sobre Coordenadoria de Governança de Políticas Judiciárias (COPJ) na Intranet, dentro da página da Presidência.	Concluída
3.4	Criar formulário eletrônico de planejamento de políticas	Concluída
3.5	Realizar alinhamento de planejamento e monitoramento de políticas judiciárias com os Assessores-Chefes de Conselheiros	
3.6	Realizar capacitação em Políticas Judiciárias	
3.7	Atualizar o Painel de Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas	
3.8	Elaborar Pareceres sobre os resultados das Políticas a cada troca de gestão.	
3.9	Criação de um sistema de governança de PJNP.	
3.10	Realizar 2 Reuniões de Acompanhamento de Políticas Judiciárias (RAP).	
<b>4</b>	<b>Macroprocesso: Expedir e Acompanhar o Cumprimento de Ato Normativo para o Judiciário</b>	
4.1	Revisão e mapeamento de processos de Acompanhamento do cumprimento de Resoluções	
4.2	Melhorar o Serviço Nacional de Monitoramento de Conformidades do Atos Normativos do CNJ	
<b>5</b>	<b>Macroprocesso: Promover ações de cidadania</b>	
5.1	Implementar a política interna de acessibilidade, delineando diretrizes e procedimentos para assegurar a inclusão de todas as pessoas, garantindo assim um ambiente organizacional que promova a equidade e a participação de todos as pessoas.	
5.2	Integração do Sistema de Recursos Humanos: Fomentar a integração completa do sistema de recursos humanos com as questões de acessibilidade, garantindo que as políticas de recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento estejam alinhadas com as diretrizes de inclusão, proporcionando oportunidades igualitárias para todas as pessoas.	
5.3	Minimizar as barreiras na comunicação, tanto internas quanto externas, tornando-as acessíveis a todos os públicos, utilizando formatos alternativos, como áudio, vídeo e texto legível, garantindo assim que a informação seja facilmente compreendida e acessível a todas as pessoas e partes interessadas.	
5.4	Acompanhamento da implementação das recomendações da auditoria indicadas no Relatório de Auditoria em acessibilidade digital	
<b>6</b>	<b>Macroprocesso: Promover a comunicação institucional e a interlocução entre os órgãos do Poder Judiciário</b>	
6.1	Criar da estratégia de divulgação do Programa de Poder Judiciário na promoção de Direitos Humanos	
6.2	Criar e implementar o "Manual de Serviços da Comunicação Social", destinado às unidades internas para orientar sobre como solicitar apoio estratégico de criação, divulgação e cobertura das atividades do CNJ.	
6.3	Implementar infográficos para ilustrar Resoluções do CNJ com aplicação de linguagem simples	
6.4	Reformulação da página inicial do portal do CNJ	
6.5	Reformular Resolução de Comunicação do Poder Judiciário, com vistas a fortalecer a Comunicação Social nos Tribunais	
6.6	Criar e implementar box explicativo para expressões jurídicas nas matérias produzidas para o site e em vídeos das sessões plenárias	
6.7	Definir novos fluxos nas unidades que compõem a Secretaria de Comunicação Social	
6.8	Criar e apoiar campanhas com foco no combate ao assédio contra a mulher, proteção à infância, entre outras prioritárias da gestão	
6.9	Lançamento de rede de comunicação do Poder Judiciário	
6.10	Ampliação de canais oficiais de comunicação interna com servidores e todos que atuam no CNJ	
6.11	Fomentar matérias positivas na imprensa sobre a atuação do CNJ	
<b>7</b>	<b>Macroprocesso: Promover estudos e diagnósticos do PJ</b>	
7.1	Desenvolvimento de painéis de monitoramento do percentual de participação feminina e da participação de negros/as no judiciário, reduzindo a necessidade de produção de dados e relatórios pontuais;	
7.2	Melhoria dos painéis temáticos do DataJud, com extração centralizada via DataMart que poderá proporcionar melhor organização dos processamentos e das datas de atualização;	
7.3	Eliminação de coleta manual dos resultados da semana da Justiça pela paz em casa, com centralização dos dados via DataJud;	
7.4	Promover atualizações do Sistema Nacional de Adoção	
<b>8</b>	<b>Macroprocesso: Gerir a Estratégia do PJ</b>	
8.1	Estudo, análise, planejamento e levantamento das ações de melhorias dos macroprocessos prioritários do CNJ	
8.2	Revisar Cadeia de Valor, Cadeia de Valor Desdobrada, Modelo de Negócios e Diagrama de Escopo dos macroprocessos do CNJ	
8.3	Revisar o processo de Disseminando Boas Práticas no Judiciário	
8.4	Melhorar o Portal de Transparência do CNJ	
8.5	Melhorar o monitoramento dos indicadores de desempenho dos macroprocessos com a elaboração POPs da sistemática de levantamento e monitoramento do indicador 26 de PE e do monitoramento dos indicadores dos macroprocessos e com a elaboração de relatórios bimestrais de monitoramento e estabelecimento de metas.	
8.6	Redefinir layout do Portal de Processos, integrando macroprocessos e processos	
8.7	Elaboração de painel interativo (dashboard) para acompanhamento da execução do PLS/CNJ	
<b>9</b>	<b>Macroprocesso: Coordenar ações de segurança do PJ com vistas à integração e cooperação mútua</b>	
9.1	Inserir o Protocolo de Interação: Polícia Judicial-Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA no Planejamento de Capacitação da Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário (ANSPJ)	
9.2	Sugerir a criação de grupo de trabalho destinado à elaboração da doutrina técnico-normativa da Polícia Judicial do PJ	
9.3	Criar a aba de informações do DSIPJ na internet e intranet	
9.4	Propor a Reformulação da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário (PNSPJ)	
9.5	Propor a Reformulação do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (SINSPJ)	
9.6	Identificar, revisar e mapear processos de trabalho decorrentes da alteração da estrutura orgânica e normativos	
9.7	Coordenar a definição e a implantação do sistema informatizado de inteligência do PJ	
9.8	Propor o Projeto Estratégico "Polícia Judicial Amiga dos Povos Originários"	
9.9	Propor o Projeto Estratégico "Polícia Judicial Amiga das Pessoas em Situação de Rua"	
9.10	Prover o aparelhamento da Academia Nacional de Segurança do PJ (ANSPJ)	
9.11	Planejar a confecção da matriz curricular nacional e do projeto pedagógico nas matérias afetas à Segurança e Inteligência, no âmbito da Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário (ANSPJ)	
9.12	Propor a modernização dos sistemas de segurança predial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	
<b>10</b>	<b>Macroprocesso: Gestão Administrativa e de aquisições/contratações</b>	
10.1	Revisar processos decorrentes da alteração da estrutura orgânica e normativos	
<b>11</b>	<b>Macroprocesso: Gestão de Pessoas</b>	
11.1	Revisar e mapear processos decorrentes da alteração na estrutura orgânica e de melhorias na estrutura de funcionamento da Secretaria	
11.2	Implantar melhorias do processo de dimensionamento de pessoal	



g) **Indicador 40:** Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam a Política de Soluções Alternativas de Conflitos.

**Meta 2021:** Implementar 100% das ações que promovam a Política de Soluções Alternativas de Conflitos.

**Unidade Responsável:** Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos

**Ações/projetos que compõem o indicador**

- Prêmio Conciliar é Legal;
- Semana da Conciliação;
- Diagnóstico sobre a estrutura judiciária para política.

## **ANEXO II**

### **Relação entre Objetivos Estratégicos e Projetos Institucionais**

Neste anexo são listados os Projetos Institucionais e os objetivos estratégicos a que estão relacionados na medição corrente, observadas as ressalvas já feitas no item 5.2 do relatório. Informações mais detalhadas podem ser acessadas no painel da estratégica.

<b>I - Desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, e dos demais órgãos correicionais</b>
Diagnóstico sobre a otimização dos processos de trabalho no Poder Judiciário em face da implementação das Políticas Tecnológicas do Programa Justiça 4.0.
6ª edição da Série Justiça e pesquisa
Repositório Anticorrupção e Tecnologia do Poder Judiciário
<b>III - Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário</b>
Painel de Estatística - Justiça 4.0
DataLake
<b>VII - Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos</b>
Prevjud - Automação de Processos Previdenciários - Justiça 4.0
Demandas Complexas
<b>IX - Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital</b>
SNIPER - Justiça 4.0
SNGB - Sistema Nacional de Gestão de Bens (antigo Novo SNBA)
Mineração de projetos do PJE
Serviços Estruturantes da Plataforma Digital do Poder Judiciário
Domicílio Judicial Eletrônico
DPVATJUD
<b>XII - Promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo</b>
PMO Jud - Redesenho dos processos do Escritório de Projetos do CNJ - Justiça 4.0
Plano Nacional de Inovação no Poder Judiciário
<b>XIII - Estimular a desburocratização no Poder Judiciário</b>
Execução Fiscal - Automação e Governança
Gabinete do Juízo
<b>XIV - Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade</b>
Sirenejud 2.0
Propagar - Inclusão, Acessibilidade, Justiça e Cidadania
<b>XVI - Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas</b>
Aperfeiçoamento funcional em temáticas prioritárias para o CNJ e para Justiça Federal

Sensibilização e Formação em Integridade e Compliance no Poder Judiciário

Capacitação técnica para desenvolvedores nas tecnologias da PDPJ - BR

SINAPSES 5